



# Bancos

## Desafios que surgem com a IFRS 9

Setembro de 2017



**Tiago Senger Bernert**  
Sócio  
KPMG no Brasil

### **10 questões-chave para conselhos de administração e comitês de auditoria**

**Com o CPC 48 (IFRS 9) a entrar em vigor em menos de 5 meses, os bancos enfrentam atualmente dois principais desafios: assegurar a implementação da nova norma em 2018 e fornecer as divulgações requeridas para o exercício de 2017.**

Assim, não surpreende que reguladores nacionais e internacionais tenham se pronunciado recentemente sobre estas questões.

Dessa forma, seguem nossas orientações sobre a implementação do CPC 48 (IFRS 9) e as expectativas de reguladores e do mercado.

### **O tempo está se esgotando**

Alguns dos nossos clientes intensificaram recentemente seus esforços de implementação do CPC 48 (IFRS 9), e muitos perceberam que o desafio da implementação parece ser inversamente proporcional ao tempo restante até a sua data de transição. Portanto, se você ainda não iniciou o seu projeto de implementação do CPC 48 (IFRS 9), é recomendável que você o faça agora mesmo!

Mesmo que o seu projeto de implementação já esteja em andamento, é hora de começar a pensar sobre a comunicação com o mercado e quais divulgações você deverá preparar já para as demonstrações financeiras do exercício corrente.

### **Comunicação com o mercado**

O mercado, de forma geral, tem uma expectativa de que as provisões para perdas de crédito (*impairment*) aumentarão com os novos requerimentos relacionados ao reconhecimento de perdas esperadas. Porém, é importante que você ajude a definir melhor essas expectativas de analistas e investidores, a fim de evitar surpresas.

O **relatório da EBA** (*European Banking Authority*), a autoridade bancária europeia, contém uma avaliação do impacto da nova norma, que revelou que os bancos pesquisados esperam, na média, um aumento de 18% nas provisões para perdas de crédito, e uma diminuição de 59 pontos-base no Índice de Capital Principal, mas, para alguns, os impactos podem ser muito maiores.

### **Atendendo às expectativas dos reguladores**

Os reguladores estão observando a implementação da nova norma com muita atenção. Eles esperam uma implementação robusta e de alta qualidade, bem como divulgações transparentes em relação aos impactos. Então, o que você precisa fazer em relação a esses dois principais desafios?

### **O desafio da implementação**

Em termos de implementação até 1º de janeiro de 2018, a administração precisa assegurar que os projetos sejam adequadamente planejados e alinhados com o cronograma. Adicionalmente, os comitês de auditoria precisam supervisionar os esforços da administração, monitorando ativamente o progresso e solicitando atualizações periódicas.

Em seu relatório, a EBA enfatizou que os bancos não devem subestimar o trabalho requerido nem a necessidade de envolver os comitês de auditoria e os conselhos de administração. Os reguladores continuarão a mostrar grande interesse na implementação pelos bancos - por exemplo, a EBA está conduzindo uma segunda avaliação de impactos do CPC 48 (IFRS 9) nos bancos da união europeia, e o Bacen, recentemente, tem solicitado a alguns bancos determinadas informações e avaliações de impactos sobre alguns requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) relacionados à classificação de ativos financeiros.

### **O desafio da divulgação**

As divulgações nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2017 terão que refletir os progressos realizados no projeto de implementação do CPC 48 (IFRS 9) e os correspondentes impactos esperados.

Reguladores internacionais e nacionais esperam divulgações transparentes sobre os impactos, e a expectativa se aumentará até a aplicação inicial.

### **Visão geral sobre os novos requisitos de provisão para perdas de crédito (*impairment*)**

Em junho de 2016, especialistas da KPMG e das outras cinco maiores redes globais de contabilidade e auditoria<sup>1</sup>, contribuíram para a publicação de **orientações** sobre a implementação dos requisitos de provisão para perdas de crédito do CPC 48 (IFRS 9). Embora essas orientações sejam direcionadas a bancos maiores, a publicação contém princípios e conceitos aplicáveis a bancos menores.

Tais orientações incluem **10 perguntas que os comitês de auditoria podem usar** na discussão dos principais aspectos dos planos de implementação dos requerimentos de provisão para perdas de crédito, bem como informações detalhadas que podem ser utilizadas pela administração dos bancos.

---

<sup>1</sup> BDO, Deloitte, EY, Grant Thornton, KPMG and PwC, representadas pelo Global Public Policy Committee (GPPC).

### **O que você deve fazer agora?**

A necessidade da implementação do CPC 48 (IFRS 9) torna-se cada dia mais urgente. Se você ainda não iniciou o projeto de implementação, é recomendável fazê-lo imediatamente. Se você já iniciou o projeto, recomendamos assegurar que o projeto está adequadamente estruturado para enfrentar os principais desafios do CPC 48 (IFRS 9) e fornecer divulgações úteis e adequadas sobre os impactos antes mesmo de sua adoção.

Para ajudar a fazer isso acontecer, você pode se interessar pela leitura do nosso **guia rápido** sobre as orientações emitidas pelo GPPC em relação à provisão para perdas de crédito, que resume os desafios de implementação e as principais áreas de foco.

Para obter mais informações sobre todos os aspectos do CPC 48 (IFRS 9), visite nossas páginas na internet sobre **Instrumentos Financeiros** e **IFRS para Bancos**, ou fale com o seu contato da KPMG.

# CPC 48 (IFRS 9) para Bancos – Principais questões para comitês de auditoria

Essas questões irão ajudar comitês de auditoria nas suas discussões com a administração sobre os aspectos-chave da implementação do CPC 48 (IFRS 9)

Decisões e interpretações chave	Transparência	Modelagem de perdas esperadas	Sistemas e controles
<p>1. Quais são os planos em andamento para tomar as <b>decisões-chave</b>, elaborar e testar os <b>modelos</b> e a <b>infraestrutura</b> necessários, executar <b>testes paralelos</b> e entregar a implementação com alta qualidade até 2018?</p> <p>2. Quais são as principais <b>interpretações e julgamentos contábeis</b> e por que eles são apropriados?</p> <p>3. Como as <b>decisões de implementação</b> serão <b>monitoradas</b> para assegurar que elas permaneçam apropriadas?</p>	<p>4. Quais <b>indicadores-chave de desempenho e informações gerenciais</b> serão usados para monitorar os <b>drivers</b> de perdas esperadas e dar suporte a uma <b>governança efetiva</b> sobre os julgamentos-chave?</p> <p>5. Como os <b>requerimentos de divulgação</b> serão atendidos e como essas divulgações facilitarão a <b>comparabilidade</b>?</p>	<p>6. Quais são os <b>níveis de sofisticação planejados</b> para diferentes carteiras e <b>por que são considerados apropriados</b>?</p> <p>7. Como um <b>'aumento significativo no risco de crédito'</b> será identificado e <b>por que os critérios escolhidos são apropriados</b>?</p> <p>8. Como um intervalo representativo de <b>cenários prospectivos</b> será usado para capturar impactos não-lineares e assimétricos?</p>	<p>9. O banco identificou todas as <b>mudanças nos sistemas e processos existentes</b>, incluindo os requerimentos de dados e controles internos, de modo a assegurar que estes sejam apropriados para atender ao CPC 48 (IFRS 9)?</p> <p>10. Como os <b>processos e controles de reporte financeiro</b> serão documentados e testados, particularmente quando os sistemas e as fontes de dados não foram auditados anteriormente?</p>

